

mercado



O ministro Paulo Guedes (Economia), que desenha modelo de tributo sobre transações financeiras Adriano Machado - 12.ago.20/Reuters

Imposto de Guedes pode incidir sobre mais operações que a CPMF

Apesar de tributo ter sido batizado de 'digital', estudo prevê cobrança sobre saques e até transferência para investimento

Bernardo Caram e Thiago Resende

BRASÍLIA Apesar de ter sido batizado pelo ministro Paulo Guedes (Economia) de "imposto digital", o novo tributo sobre transações financeiras que será proposto pelo governo está sendo desenhado para incidir sobre saques em dinheiro e pode ter um espectro de cobrança mais amplo do que a extinta CPMF.

O modelo está em fase final de formatação no Ministério da Economia, que busca a maior base possível para garantir uma receita robusta, segundo participantes da discussão.

Embora o foco seja alcançar operações digitais, um interlocutor do ministro diz que os saques também serão taxados.

A Receita Federal está debruçada sobre possíveis modelos para o novo tributo. Técnicos têm se reunido com representantes do Banco Central para avaliar os tipos de cobrança e seus efeitos colaterais.

O debate inclui a possibilidade de cobrar transações interbancárias, investimentos e até operações entre contas de mesma titularidade, algo que era isento durante a CPMF.

A análise feita no momento prevê incidência sobre o que vem sendo chamado de transações externas, como saques, compras em lojas e na internet, pagamentos de boletos ou contas e operações digitais.

O debate em aberto diz respeito às transações internas, como transferências de mesma titularidade, operações entre bancos e movimentação de uma conta-corrente para um investimento.

Quando vigorou, entre 1997 e 2007, a CPMF incidiu sobre as movimentações financeiras, mas com exceções. Havia isenção para negociações de ações na Bolsa, transferências entre contas-correntes de mesma titularidade e saques de aposentadorias, seguro-desemprego e salários.

Pessoas próximas a Guedes argumentam que a proposta em análise é menos nociva do que o atual emaranhado tributário do país, mas, nos bastidores, tratam a nova contribuição sobre pagamentos como "o novo antigo imposto".

Um auxiliar do ministro afirma que a modulação do tributo precisa ser feita de forma

a abarcar a maior base de arrecadação e que, ao mesmo tempo, gere o menor volume de efeitos negativos.

Especialistas dizem que, por suas características, a CPMF pode criar travas na economia, incentivar tentativas de burlar o sistema e ampliar o volume de operações em espécie.

Criticos afirmam ainda que o tributo gera um amplo efeito em cascata. Uma mesma pessoa pode pagar o imposto mais de uma vez sobre o mesmo volume de dinheiro se, por exemplo, receber uma transferência bancária, pagar uma compra com esse recurso, sacar uma parcela e depois depositar novamente.

Esse efeito também é sentido pelas empresas, já que cada operação, compra de insumo ou contratação de serviço ao longo da cadeia de produção é alvo da cobrança. O custo acaba empurrado para o consumidor.

O modelo elaborado pela Economia prevê alíquota de 0,2%, com arrecadação potencial de R\$ 120 bilhões ao ano.

Para alcançar esse volume de receita, a proposta desenhada pela pasta prevê cobrança em duas pontas. Por exemplo, se uma pessoa faz uma compra em uma loja online, o imposto é cobrado do comprador e da empresa vendedora. A incidência total daquela operação, portanto, será de 0,4%.

Em 2007, último ano em que vigorou, a CPMF tinha uma alíquota de 0,38% e incidia apenas de um lado da operação, na hora do débito na conta — por exemplo, no saque.

Procurada, a Receita Federal informou que só irá se manifestar sobre a proposta do novo imposto a partir do anúncio oficial das próximas etapas da reforma tributária.

O advogado tributarista Roberto Duque Estrada diz que o tributo é altamente regressivo — onera mais os mais pobres — e guarda o risco de ter sua finalidade desviada ou a alíquota ampliada ao longo do tempo, como houve com a CPMF.

Estrada acredita que os fatores negativos serão minimizados se o governo realmente criar o novo tributo em substituição de outros impostos. Ele ressalta que o modelo facilita a fiscalização e inibe a atuação de sonegadores.

Em relação às isenções, o tri-

Compare a CPMF e o novo tributo

CPMF

0,38%

era a alíquota em em 2007, quando foi extinta

Incidência

- Em uma ponta da operação
- Cobrança sobre movimentações financeiras
- Havia isenção para negociações de ações na Bolsa, transferências entre contas-correntes de mesma titularidade e saques de aposentadorias, seguro-desemprego e salários

NOVO TRIBUTO

0,2%

é a alíquota estudada pelo governo

Incidência

- Nas duas pontas, com cobrança sobre quem paga e quem recebe
- Base de tributação ainda em estudo, mas governo quer cobrança não apenas em operações digitais como também em saques
- Governo discute se vai tributar movimentações interbancárias, transferências entre contas de mesma titularidade e movimentações para investimentos

butarista afirma que é razoável que essas exceções existam para não onerar muito o contribuinte. Ele criticou a possibilidade de haver cobrança sobre transferências entre contas de mesma titularidade.

"É um absurdo ter que pagar imposto duas vezes em uma operação na qual eu movimento meu próprio dinheiro."

Na busca pela aprovação do imposto, Guedes prometeu apresentar um plano de desoneração de encargos trabalhistas. Há propostas para promover uma redução ampla de tributos sobre os salários mais baixos e fazer um corte parcial dos encargos para todas as faixas salariais.

Técnicos da pasta consideram que essa é uma troca importante de base arrecadatória, especialmente porque novas formas de trabalho desenvolvidas pela economia digital não são alcançadas pelo fisco.

O time de Guedes também quer usar a arrecadação da nova CPMF para ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda e bancar parte do novo programa social elaborado pelo governo, o Renda Brasil.

No Congresso, há resistências em relação ao tributo, com campanha contrária encabeçada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

"[Um imposto como a CPMF] é fácil de arrecadar, mas é muito perverso com o contribuinte e recai sobre as pessoas que têm menos renda", avalia o tributarista Fernando Silveti, tributarista.

Para ele, o governo tem tentado reembalar — com nome diferente — um imposto muito semelhante ao que vigorou até 2007 e que foi derrubado pelo Congresso na época.

Silveti classifica esse modelo de tributação como "bastante inflacionário", pois incide sobre uma base muito ampla, o que deve se refletir no aumento de custos e de preços dos produtos e serviços.

Essas também são as principais críticas de parlamentares ao imposto planejado pelo Ministério da Economia sem que a proposta tenha sido oficialmente apresentada.

Em debate sobre a reforma tributária com congressistas, Guedes afirmou na semana passada que seria uma ignorância comparar a ideia que vem sendo estudada pela equipe econômica com a extinta CPMF. Ele, no entanto, não detalhou a proposta.

As discussões em torno do tributo sobre transações resultaram, em setembro de 2019, na queda do então secretário da Receita, Marcos Cintra. Dez meses depois, Bolsonaro deu, em julho, aval para Guedes retomar esse debate e negociações com o Congresso.

"O que o Guedes está propondo não é CPMF, não. É uma tributação digital", disse o presidente em julho — novamente sem que o governo expusesse as diferenças entre os tributos.

Brasil 200 abraça proposta de 'tributo digital' e articula frente parlamentar

Thais Carrança

SÃO PAULO O Instituto Brasil 200, grupo formado por empresários como Flavio Rocha (Riachuelo), Luciano Hang (Havan), Washington Cinel (Gocil) e João Appolinário (Polishop), abraçou a proposta do ministro Paulo Guedes de criação de um imposto sobre transações financeiras.

O ministro apresenta o imposto digital com alternativa, principalmente, para desonerar o peso tributário que hoje recai sobre a folha de pagamento.

Ainda sem proposta oficial, o novo tributo vem sendo chamado de "imposto digital" pela equipe econômica, porque abrangeria atividades como o comércio eletrônico e a de empresas como Netflix e Uber.

Para os críticos, devido à baixa alíquota pretendida (0,2%) e ao grande volume de arrecadação esperada (R\$ 120 bilhões), trata-se de reedição da velha CPMF.

Para tentar angariar apoio à sua proposta no Congresso, o Brasil 200 busca articular uma frente parlamentar pela desoneração de folha. Segundo Gabriel Kanner, presidente do instituto e sobrinho de Flavio Rocha, a frente já reúne assinaturas de 40 parlamentares e deverá ser liderada pelo ex-delegado de polícia e deputado federal Marcelo Freitas (PSL-MG).

Desde meados de 2019, o Brasil 200 vinha defendendo uma proposta de imposto único federal, que acabaria com tributos como IPI, PIS, Cofins, CSLL e INSS patronal, substituídos por um imposto sobre transações financeiras com alíquota de 2,5%. A proposta, porém, não avançou e houve a mudança de estratégia.

"Até antes da pandemia, defendíamos o imposto único, mas a discussão dentro do Congresso começou a se afunilar, caminhando para a criação de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) e a desoneração de folha, com os 20% de INSS patronal sendo substituídos por um imposto digital", afirma Kanner.

"Entendemos que esse primeiro passo da desoneração de folha é fundamental para voltarmos a gerar empregos." Entidades empresariais estão divididas.

Próxima aos Brasil 200, a CNS (Confederação Nacional de Serviços) apoia a criação de um imposto nos moldes da antiga CPMF, mas sugere alíquota ainda maior do que



“Precisamos de um tipo de imposto que faça sentido na era digital, e esse tipo de imposto é aquele sobre transações financeiras e pagamentos eletrônicos”

Gabriel Kanner presidente do Instituto Brasil 200

a do governo (0,81%), que possibilitaria uma desoneração de folha mais ampla.

Já CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) e CNI (Confederação Nacional da Indústria) são contra o tributo, ainda que favoráveis à redução de custos trabalhistas.

Apesar do argumento do presidente do Brasil 200 e de boa parte do setor privado de que a desoneração ajudaria na criação de empregos, em artigo publicado recentemente no blog do Ibre-FGV, o economista Fernando Veloso lembra que as evidências empíricas são pouco conclusivas nesse sentido.

Segundo Veloso, estudos sobre desoneração de folha no Chile e na Argentina não encontraram efeitos positivos da medida sobre o emprego, enquanto na Colômbia houve efeito favorável sobre a formalização de trabalhadores com baixos salários. No Brasil, desoneração introduzida em 2011 teve impacto modesto sobre a geração de empregos, diz o economista.

Em sua defesa do novo "imposto digital", Kanner faz eco da argumentação do governo de que ele abarcaria novas empresas de tecnologia hoje não tributadas. "O Mercado Livre, por exemplo, se tornou a empresa mais valiosa do varejo no Brasil, ultrapassando o Itaú, e não sabemos como tributar essa empresa tradicionalmente."

Apesar da recusa do governo em aceitar a compensação do novo imposto com a CPMF, Kanner admite a semelhança. "Vai depender da base, se utilizar a mais ampla sobre movimentações financeiras, se assemelha [à CPMF] na metodologia de arrecadação", diz. "Mas não é igual, pois a CPMF virou um imposto a mais, já o imposto digital será substitutivo, eliminando outros impostos."

Segundo o presidente do Brasil 200, o trabalho do grupo agora é de corpo a corpo no Congresso para angariar a adesão de deputados à proposta. "Precisamos de um tipo de imposto que faça sentido na era digital, e esse tipo de imposto é aquele sobre transações financeiras e pagamentos eletrônicos", diz. "Ninguém defende aumento de carga tributária, mas uma substituição, com a desoneração da folha de salários."

Pela proposta do governo, segundo o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos, parte da arrecadação de R\$ 120 bilhões que seria obtida com o imposto seria destinada à desoneração total da contribuição previdenciária patronal até um salário mínimo e à redução da contribuição de 20% para 15% para salários acima desse valor.

Para Kanner, essa pode ser uma primeira etapa, rumo a uma desoneração de folha mais ampla que poderia resultar numa alíquota de imposto digital maior do que o 0,2% inicialmente pretendido pela equipe econômica.

A tarefa não deve ser fácil, já que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, declarou diversas vezes que vai trabalhar contra o imposto. Também o relator da reforma tributária na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou recentemente que "a tentação da criação de um novo imposto é algo meio medieval".

Pesquisa realizada pela XP em julho com 146 deputados mostrou que apenas 20% apoiam a criação de um imposto sobre transações, percentual que cai a 15% quando excluídos os deputados de oposição. A fatia sobe para 32% se os recursos forem usados para desoneração de folha ou para o Renda Brasil.